

seus velhos amigos: "O MDB deve ser o atual canal legal de participação política", afirmou ele. "Mas não devemos descartar nunca a possibilidade de criação de novos partidos."

**DOIS GRUPOS** — As declarações de Almino Affonso, apoiando os esforços dos trabalhistas em retornarem à cena política por meio de seu partido, serviram para animar a reunião social, abrihantada pela presença, entre outros, do ex-senador Aarão Steinbruch, o ex-governador fluminense Badger da Silveira e o casal de ex-deputados Lígia e Doutel de Andrade. Acima de tudo, discutiu-se os caminhos que os trabalhistas seguirão de agora em diante para viabilizar a ressurreição do PTB. Uma idéia, como ficou decidido na ocasião, é organizar novas e constantes reuniões enquanto se aguarda a lei orgânica que, provavelmente já no final de março, irá discriminar as exigências para a formação dos partidos. Debateu-se, também, o crescente problema da dissidência representada pela ex-deputada federal Ivete Vargas, que em São Paulo articula a construção de um outro PTB — de tendência menos socializante que o do grupo do Rio.

A sra. Vargas, por sinal, conseguiu provar, na última terça-feira, que ainda é capaz, dez anos após ter tido seu mandato parlamentar cassado, de atrair em torno de si nomes de alguma expressão do trabalhismo do passado. Homenageada por 150 correligionários numa pizzaria de Osasco, um dos cinzentos municípios que rodeiam São Paulo, ela reafirmou seu propósito de reconstruir o PTB no menor prazo possível. "Quem sabe faz a hora não espera acontecer", disse ela num discurso emocionado, citando o compositor Geraldo Vandré.

O discurso foi aplaudido por pessoas como o ex-governador amazonense Gilberto Mestrinho, os ex-deputados Doim Vieira e Euzébio Rocha, e os antigos, poderosos líderes sindicais, Dante Pellaçani, Rafael Martinelli e Fortunato Martinelli — além do atual presidente do sindicato dos metalúrgicos de Osasco, Henos Amorina. Como no coquetel carioca, o jantar para Ivete Vargas foi marcado por um clima de nostalgia, não faltando um orador que, em vez de discursar, leu a "carta-testamento" do ex-presidente Vargas — e nem a execução de uma fita gravada com o hino do PTB, na voz de Jorge Goulart. Eram imagens de um quarto de século atrás — se ainda conseguirão sensibilizar os eleitores é algo que caberá aos próprios petebistas demonstrar.

## SEQÜESTRO

# No final, nada certo

*Acabaram a sindicância e o inquérito. Mas permanecem as dúvidas sobre o caso*

**C**ercado por uma bateria de quarenta repórteres, na tarde de quarta-feira da semana passada, no Palácio Piratini, em Porto Alegre, o governador gaúcho, Synval Guazzelli, dedicou um improviso de 36 minutos para responder àqueles que, segundo ele, teriam feito críticas injustas a sua interferência — ou omissão — nas investigações para apu-

para que ele determinasse o envio da sindicância à Procuradoria da Justiça Federal e a abertura de um processo administrativo na área da Secretaria da Segurança, para apurar as responsabilidades no caso dos uruguaios e eventualmente punir os culpados. Pressionado a comentar a participação de policiais gaúchos no episódio, o governador respondeu: "Há uma coisa que o bom senso indica e vocês são inteligentes o suficiente para saber: se não houvesse envolvimento, a sindicância não seria enviada ao Ministério Público". Além disso, Guazzelli informou que recomendara ao secretário da Segurança o afastamento do cargo dos policiais suspeitos — no caso, o delegado Pedro Carlos Seelig e o investigador Orandir Portassi Lucas, o "Didi Pedalada", este identificado pelos jornalistas Luís Cláudio Cunha, de VEJA, e João Batista Scalco, da revista *Placar*, que assistiram a parte do seqüestro.



MAURECY SANTOS/COOJORNAL

**Guazzelli: "Nunca fui um trêfego"**

rar as responsabilidades no caso do seqüestro de quatro cidadãos uruguaios em território brasileiro, ocorrido no último dia 17 de novembro. "Eu estive sempre cumprindo com o meu dever", disse Guazzelli com a voz exaltada. "O que eu não fui, isto sim, nunca fui um governador trêfego" — e comunicou aos jornalistas o resultado da sindicância que investigou a participação de policiais gaúchos no desaparecimento de Lilian Celiberti Rosas de Casariego, seus filhos Camilo e Francesca e Universindo Rodriguez Diaz.

Segundo Guazzelli, em razão do que foi apurado, havia indícios suficientes

**"POLÍCIA PRENDE"** — Com seu tenso discurso — que ele mesmo chamou de desabafo —, Guazzelli procurou, talvez, mostrar aos que o criticaram que cumprira sua promessa de levar o caso até o fim — "doa a quem doer". A partir

das declarações de quarta-feira no Piratini, contudo, alguns fatos voltariam a cobrir de dúvidas a disposição ou os poderes do governador para isso. Três horas depois de encerrada a conversa de Guazzelli com os jornalistas, por exemplo, a Secretaria da Segurança Pública divulgou uma nota oficial comunicando já ter determinado ao Conselho Superior de Polícia a instalação do processo administrativo. Mas, apesar de subalterno direto do governador, o secretário, coronel Rubens Moura Jardim, informou que não afastaria Seelig e Lucas de seus postos, preferindo passar esta responsabilidade ao próprio



FOTOS ZERO HORA



Acosta: autorizado a dar entrevistas

### Lima: mandaram identificar

Conselho — que decidirá sobre isso ainda esta semana.

Para reforçar esta impressão, ecoaram no dia seguinte as declarações da procuradora da República junto à Justiça Federal gaúcha, Luiza Dias Cassales. “Policial não seqüestra, policial prende”, disse ela. “Se houve o que a imprensa divulgou, eles chegaram lá, mostraram a carteira de policial e disseram que eles (os uruguaios) estavam presos. Então, não houve seqüestro, mas sim abuso de poder.” Ponto de vista semelhante parece ter surgido do inquérito realizado pela Polícia Federal, paralelo à sindicância — e entregue na mesma quarta-feira à Procuradoria da República no Rio Grande do Sul. No fecho das 250 páginas elaboradas sob a responsabilidade do delegado Edgar Fuques, presidente do inquérito, não se notou o pronunciamento de um só agente policial — o que contradiz frontalmente as deduções do governador. Segundo Guazzelli, há indícios suficientes do seqüestro e responsáveis a serem julgados; segundo a Polícia Federal, sequer houve seqüestro.

“POSSO FALAR” — Um súbito “vazamento” de informações da Polícia Federal, no entanto, iria acrescentar uma nota ainda mais polêmica ao caso dos uruguaios seqüestrados. Segundo um agente (o próprio delegado Fuques, segundo VEJA apurou em Porto Alegre), lê-se no inquérito os testemunhos de três pessoas que teriam visto Lilian, Camilo, Francesca e Universindo atravessarem pacificamente a fronteira em direção ao Uruguai, como passageiros identificados de um ônibus que faz a linha Bagé (Brasil)—Melo (Uruguai).

“A Polícia Federal disse que eu podia falar, que não teria problema ne-

nhum se fosse procurado por repórteres”, garantiu a VEJA uma destas testemunhas — o cobrador de ônibus da Transportes Lima, Patrocínio Lubo Acosta, de 34 anos. Aí surgiu a primeira dúvida: como ele conseguiu autorização para falar, se Fuques reafirmara várias vezes o caráter sigiloso do inquérito para justificar o silêncio dele próprio, de Seelig e de Orandir Portassi Lucas? Acosta afirmou ainda que apenas os quatro uruguaios estavam no ônibus que percorreu os 120 quilômetros entre Bagé e Melo; e que a viagem, “parece”, foi antes das eleições.

Osvaldo Biaggi Lima, o proprietário da empresa, encarregou-se de acrescentar outras contradições. “Eu não reconheci”, garantiu ele a Pedro Maciel, de VEJA, que conversou com as três testemunhas de Bagé na quinta-feira da semana passada. “Quem me disse que eram eles foi a polícia, que me chamou uns quinze dias depois e me mostrou a lista de passageiros para provar que eles viajaram comigo.” No caso dessa lista, é possível levantar ainda outra dúvida: sabendo que eram fichados e procurados como subversivos no Uruguai, como Lilian e Universindo se atreveriam a entrar no país, de ônibus, dando seus verdadeiros nomes à polícia?

CLANDESTINOS? — A terceira testemunha é o motorista de táxi Adil Ianzler, de 42 anos, que teria transportado os quatro até a rodoviária. Segundo ele, viajavam mais três ou quatro pessoas no ônibus naquele dia — o cobrador, contudo, falou apenas nos quatro uruguaios. “As fotos que me mostraram na Polícia Federal, eu achei parecidas com eles, mas daí a reconhecer vai uma distância muito grande”, lembrou ele, “as crianças eram um menino de 13 anos (Camilo tem 8 e não é grande para a idade) e uma menina de 8 (Francesca tem apenas 3 anos). O guri tinha o cabelo curto (Camilo usa cabelo comprido).

do).” Mais do que com as próprias testemunhas, a versão da Polícia Federal entra em choque com o Comunicado n.º 1401, das Forças Conjuntas Uruguaias, divulgado no dia 1.º de dezembro de 1978, dando conta de como Lilian, Universindo e as crianças foram detidos. Segundo os militares, os quatro cruzaram a fronteira em dois automóveis e foram presos

pela polícia de rodovia na região de Aceguá — ainda na vizinhança da fronteira. Como isso teria ocorrido se, de acordo com as testemunhas, o ônibus os levou até Melo, distante 60 quilômetros de Aceguá, dentro do território uruguaio?

“Trata-se de uma versão totalmente absurda para tumultuar os fatos”, disse Mariano Beck, representante da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Rio Grande do Sul. Absurda ou não, Fuques admitiu sua existência nos autos do inquérito, negando-se contudo a abordá-la isoladamente. “A prova é um conjunto de dados”, disse ele a VEJA. “E se tudo tivesse se mantido em sigilo até o fim, seria muito melhor.” Contudo, pela descrição das três testemunhas de Bagé, foi o próprio delegado quem as autorizou a quebrar o sigilo e fazer declarações aos jornalistas.

Mas, ainda que a versão da travessia Bagé—Melo seja verdadeira, é possível levantar ainda outra questão: se os uruguaios atravessaram tranquilamente a fronteira, sem coação, e o delegado Fuques tinha conhecimento do fato há cerca de um mês, pelo menos, através dos três testemunhos, por que o caso não foi imediatamente elucidado, divulgando-se a história correta do desaparecimento dos uruguaios? Com isso, teriam sido evitadas versões e especulações que acabaram envolvendo desde o governador do Estado até o então comandante do III Exército, general Samuel Alves Correa. E Guazzelli não precisaria ter feito seu improvisado da semana passada aos jornalistas, nem se sustentaria até agora a convicção do envolvimento da polícia gaúcha no caso — uma polícia que, segundo o deputado César Schirmer, do MDB, transformou-se “em investigador, em julgador, em defensor e em réu. E quem está nestas quatro condições não tem isenção suficiente para estabelecer a verdade”.